



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PEC 015/15 - TORNA PERMANENTE O FUNDEB/EDUCAÇÃO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0467/17	DATA: 11/05/2017	
LOCAL: Plenário 12 das Comissões	INÍCIO: 09h48min	TÉRMINO: 11h22min	PÁGINAS: 35

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

REYNALDO FERNANDES - Economista e professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, de Ribeirão Preto.
ANDRÉA BARBOSA GOUVEIA - Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação — ANPED.

SUMÁRIO

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda Constitucional nº 15-A, de 2015, que torna permanente o FUNDEB/Educação.

Encontram-se à disposição dos membros cópias das atas da 8ª Reunião, realizada em 18 de abril de 2017, e da 9ª Reunião, realizada em 27 de abril.

Pergunto se há necessidade de leitura das referidas atas.

A SRA. DEPUTADA CREUZA PEREIRA - Peço a dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - A pedido da Deputada Creuza Pereira, fica dispensada a leitura das atas.

Indago se algum membro deseja retificar as atas. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira retificá-las, coloco-as em votação.

Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as atas.

A Ordem do Dia de hoje prevê a realização de audiência pública e deliberação de requerimentos.

Vamos dar início, então, à audiência pública, convidando a tomar assento à mesa o Sr. Reynaldo Fernandes, economista e professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto — FEA-RP, e a Sra. Andréa Barbosa Gouveia, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação — ANPED.

Informo que esta audiência atende aos Requerimentos nºs 6 e 9, de 2016, de autoria da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, subscritos pela Deputada Raquel Muniz, e tem como tema *Fontes de Financiamento para a Educação com Qualidade e Equidade: Análise da PEC nº 15, de 2015, e Sugestões para o Aprimoramento de seu Texto.*

Antes de passar a palavra aos convidados, peço atenção quanto aos procedimentos a serem adotados durante a audiência.

Inicialmente, será concedida a palavra aos convidados por 20 minutos para as suas exposições. Logo após, será concedida a palavra à Relatora e aos Deputados, seguindo a ordem de inscrição, os quais terão 3 minutos para interpelações e considerações, tendo o convidado o mesmo prazo para a resposta, sendo ainda



facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo de 3 minutos. Ao fim das intervenções dos Parlamentares, será concedida a palavra por 3 minutos para que os consultores legislativos desta Casa possam se manifestar. As perguntas serão feitas ao final da palestra e deverão se restringir ao assunto da exposição.

A lista de inscrição para os debates encontra-se à disposição dos Srs. Deputados na mesa de apoio.

Então, vamos dar início à exposição.

Passo a palavra ao Sr. Reynaldo Fernandes, economista e professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto.

Obrigado, Sr. Reynaldo, por estar aqui conosco. O senhor tem 20 minutos para a sua exposição.

O SR. REYNALDO FERNANDES - Muito obrigado pelo convite, Sr. Presidente. É um prazer estar novamente nesta Casa para expor um tema que eu já tratei no passado, na Lei da FUNDEB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Sr. Reynaldo, deixe-me fazer só uma pequena observação. Se V.Sa. preferir, pode ficar em pé, para a sua apresentação.

O SR. REYNALDO FERNANDES - Eu vou preferir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Há aqui um microfone sem fio.

O SR. REYNALDO FERNANDES - Muito obrigado.

Como disponho de 20 minutos para falar do FUNDEB — Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, vou tentar tratar de três tópicos: o modelo brasileiro de educação básica e a importância do FUNDEB; alguns aprimoramentos que acho que poderiam ser feitos nesse sistema; e a proposta de redistribuição, se vierem mais recursos da União. Quando eu fiz essa proposta, na verdade, eram tempos mais otimistas quanto a recursos da União. Se houver tempo, falarei um pouco disso.

Vou começar falando sobre o que seria o modelo brasileiro de educação básica.

O Brasil construiu um modelo que, na verdade, não foi planejado por ninguém. Isso foi se dando na nossa história: a educação entrou nos Estados e



Municípios; a Constituição de 1988 trouxe elementos importantes; e, depois, nos anos 90 e 2000, políticas educacionais foram arranjando o nosso sistema de educação básica.

Esse modelo é formado, da maneira como vejo, por três pilares básicos, um tripé. O primeiro é a descentralização na oferta dos serviços educacionais. Estados e Municípios ofertam educação de forma descentralizada. Nós temos mais de 5 mil redes ofertando educação no País. O segundo é um sistema de avaliação centralizado, que nós criamos, entre os anos 90 e 2000. O terceiro são os critérios de financiamento, em que há basicamente a vinculação orçamentária e a distribuição pelo FUNDEB. Esses três elementos dão racionalidade à estrutura do sistema brasileiro de educação básica.

Em relação a esse terceiro pilar, poderíamos discutir aqui algumas questões importantes para a mudança.

Existe um debate enorme em relação a serviços públicos, saúde, vários outros serviços e também educação sobre as vantagens e desvantagens de ter sistemas mais centralizados. Se considerarmos a educação dos nossos irmãos da América Latina, veremos que há sistemas muito mais centralizados; e há países que têm sistema como o nosso, que é mais descentralizado. Geralmente, países federativos, como Estados Unidos e Canadá, têm sistemas descentralizados. Em relação a isso, há vantagens e desvantagens.

Há muitas vantagens em relação a um sistema descentralizado. A primeira delas é que sistemas descentralizados tendem a ser mais dinâmicos. Eles são mais inovadores. Sistemas únicos tendem a ser mais lentos. Então, existem mais redes testando mudanças, fazendo os seus próprios experimentos, e nós podemos aprender com isso, não só na área de educação. Sistemas descentralizados tendem a ser mais dinâmicos. Então, isso é uma vantagem.

Além disso, esses sistemas podem permitir um melhor tratamento às diversidades e às especificidades locais. Se boa educação é uma roupa unissex, tamanho único, que veste todo mundo muito bem, então, sistemas centralizados podem ser mais efetivos. Se boa educação for orientada a um determinado contexto, a um local específico, então, sistemas centralizados tendem a ter dificuldades. Portanto, quem acha que boa educação é a roupa unissex, tamanho único, que



veste todo mundo, pode pensar em um sistema mais centralizado. Se a qualidade da educação depende do contexto, ou seja, uma boa medida no local A vai ter um impacto diferente no local B, sistemas centralizados podem ser problemáticos.

Se houver vantagens para esses sistemas centralizados, eles precisarão de alguns pré-requisitos para funcionar. E eu citaria três.

Primeiro, é preciso identificar os sucessos. Não adianta ser tudo centralizado, o Município ter sucesso, e ninguém ficar sabendo. Não adianta não passar para os demais, não existir irradiação dessas práticas. Então, precisamos identificar e difundir experiências de sucesso.

Segundo, é preciso produzir informações para os munícipes, no caso dos Municípios, para eles poderem julgar a educação que recebem. É necessário fazer comparação. Comparar é fundamental em qualquer área, para que nós possamos analisar. Não há possibilidade de julgamento sem qualquer tipo de comparação. Por exempli, eu sei que alguém é baixo porque eu sei que o outro é alto, e alguma coisa assim. É preciso uma referência. Não existem medidas absolutas em nenhuma área. E não estou falando de fazer *ranking* e tal, mas precisamos ter comparações para termos uma ideia de como está a situação e do que é possível. Se não houver essas informações, os Municípios e as redes podem se isolar.

Terceiro, é necessário dotar o local que vai prover a educação de recursos financeiros e técnicos.

Portanto, além da descentralização, os dois pilares, que são o sistema de recursos e a avaliação centralizada, vêm cumprir ou dar maior coerência ao nosso sistema. E esses pré-requisitos, em parte, são atendidos por isso.

Eu vou falar rapidamente — esse não é o tema — da questão da avaliação centralizada. Se não houver um critério único, isolam-se os sistemas. Cada um faz sua educação, ninguém sabe de nada, e não há um critério.

O Brasil construiu, entre os anos 90 e 2000, um sistema que tem muito para melhorar, mas ele é um sistema de avaliação que fornece parâmetros para fazê-lo. Nós temos um sistema centralizado que tem avaliação. Consegue-se olhar por escola, Município, etc. — isso é importante —, os Índices de Desenvolvimento da Educação Básica — IDEBs e tal. Esse sistema é importante nesse critério, mas não



vou entrar nessa questão. O sistema tem permitido ao MEC identificar boas práticas, há sistemas de metas, etc. Ele é um elemento importante para as redes.

O segundo é o sistema de distribuição, que é fundamental para um sistema educacional. Portanto, tornar permanente o FUNDEB é algo fundamental para o nosso sistema, a não ser que nós tenhamos que inventar outro.

Esse sistema não foi inventado, ele foi sendo construído, foi gerando problema, o problema foi sendo corrigido, como ocorre em política pública em quase todo o lugar do mundo. À medida que ocorre o problema, ele vai sendo corrigido. Não existe uma mente que projetou tudo isso.

Vou falar do FUNDEB, mas quero dizer que ele é mais do que um fundo. O FUNDEB tem relação com a vinculação. São duas coisas importantes no nosso sistema: a vinculação para a educação e o FUNDEB. Na parte financeira do nosso sistema, esses dois elementos são fundamentais.

O primeiro a ser implantado foi o FUNDEF — Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério e, depois, o FUNDEB, que veio dar essa organicidade ao nosso sistema.

Essas medidas financeiras têm proporcionado, primeiro, um volume minimamente razoável de recurso no setor. Evidentemente, do ponto de vista da educação, para nós que militamos na área, quanto mais recursos, melhor. Mas, quando nós comparamos as estatísticas, o Brasil não tem um gasto público comparativamente baixo em educação por Produto Interno Bruto.

E o mais importante talvez — talvez não seja o mais importante, mas é também muito importante — é que haja um mínimo de recursos para todas as redes de ensino. Só se faz dentro do Estado a repactuação. Existia à época uma discussão sobre se era federal ou não, e se decidiu que ficaria dentro dos Estados, mas há. E uma das principais críticas que há sobre os sistemas descentralizados, quando não há repartição de fundos, é que as crianças que nascerem numa localidade pobre vão ter igualmente uma educação pobre.

Esse sistema garante que se combata isso. Não sei se a palavra correta é “competição”, mas isso permite um arranjo entre Estados e Municípios para partilhar esse aluno.



Quero fazer algumas observações. Em relação ao sistema federal, há dois pontos: a coordenação do sistema e o apoio aos Municípios.

Esse é o sistema que nós montamos. Ele tem muitos defeitos, mas tem muitas qualidades do ponto de vista de desenho. Não acho que nós construimos algo que não tenha tido história. Ele foi sendo feito. Acho que nós temos que, a partir desse sistema, fazer alguns aprimoramentos.

No caso do FUNDEB, acho que há alguns aspectos que nós podíamos destacar.

Descentralização, como eu disse, não é uma característica única do Brasil. Mas, no que é do meu conhecimento, é uma característica única do Brasil o fato de haver duas redes públicas na mesma localidade. Por exemplo, há o caso do Ensino Fundamental. Eu não conheço isso em outro local.

Há sistema descentralizado, por exemplo, nos Estados Unidos, que eu conheço um pouco melhor, mas lá o Distrito faz a educação. Ele é um único órgão público que oferece educação pública. Eu estou falando da educação pública. A educação privada também tem. É de responsabilidade do Distrito, na maioria dos casos, fazer a educação. Nos Estados Unidos, muda de Estado para Estado.

O Brasil é o único País que tem duas redes. Isso pode parecer uma coisa muito ruim, muito esquisita. Várias pessoas que eu recebia, quando eu estava no Ministério da Educação, achavam isso estranho, mas isso pode ser uma coisa boa novamente, e o FUNDEB dá organicidade para isso.

Por quê? Se eu tiver um Município muito bom para fazer educação, ele pode avançar nas matrículas, ter mais e levar recursos do Estado, e o Estado pode sair daquele Município e procurar Municípios que tenham um problema maior. O FUNDEB permite essa racionalização do sistema com duas redes.

O que eu acho que nós temos que fazer, do meu ponto de vista, é aperfeiçoar esse mecanismo, porque eu acho que faltam algumas coisas para serem aperfeiçoadas.

Portanto, o FUNDEB é fundamental hoje no nosso sistema, mas algumas coisas nós poderíamos fazer.

Primeiro — isso é uma discussão antiga —, não há por que, do meu ponto de vista, nós decidirmos que Municípios não podem oferecer educação de ensino



médio. Eu não consigo entender essa lógica. Se temos um Município que faz uma educação de excelente qualidade, por que não o deixamos fazer a educação média? Lógico que, se eles não tiverem recurso, não vão fazê-lo. Mas isso se daria se ele não pudesse avançar nos recursos do FUNDEB e levar as matrículas.

Por que nós excluimos os Municípios de fazerem a educação média? Ou por que nós excluimos os Estados de fazer a educação infantil? Na educação infantil, pode haver algumas questões em que não haja uma avaliação e tal. Mas por que não pode haver a educação média nos Municípios? Por exemplo, aparece o Município de Sobral com qualidade de ensino. Nunca estudei exatamente o Município de Sobral. Mas, se ele aparece com um grande desempenho, por que ele não pode fazer a educação média e levar as matrículas?

Por que há essa ideia de cada um no seu quadrado só por estética? Eu não consigo até hoje a explicação disso. Não entendo por que nós deixamos esse Município fora. Pode ser que haja alguma que eu não conheça.

Há outra explicação mais polêmica que eu acho que nós deveríamos deixar para os Estados e para os Municípios resolverem, que são as escolas conveniadas. Na creche, já existe isso. Eu não sei por que não tratamos a matrícula de escolas conveniadas, que os americanos chamam de escola *charter*, como matrícula de escola pública.

Para isso, precisa haver alguns elementos importantes. A escola tem que ser credenciada, ou seja, o Município tem que ter um conselho municipal de educação que funcione. Podemos sugerir algo, mas não sei se isso pode resolver. Com relação aos locais que tiverem dificuldade na área da educação, o Estado pode entrar nessa tarefa. Para montar uma rede, ele pode fazer coisas desse tipo. Eu acho que deveríamos deixar isso para ser avaliado em experimentos das redes centralizadas. Eu sei que isso é mais polêmico. Não há por que deveríamos, a princípio, dizer “não”. Eu sei que é mais polêmico, mas também até hoje eu não vi um mecanismo para impedi-lo.

Eu acho que o primeiro e o terceiro são mais importantes.

A questão de responsabilização, ou seja, quem responde por quê. No sistema que nós montamos, acabamos fazendo isso por rede, talvez até por educação. Eu acho que nós temos que caminhar. Para esse sistema funcionar tem que caminhar



para um sistema de responsabilização por localidade. Não adianta ser prefeito de um local em que a educação municipal é excelente, mas ela tem 30% de matrícula. Isso não é bom para o prefeito. Ele deveria — e o FUNDEB permite isso — aumentar as matrículas e levar os recursos do FUNDEB.

A ideia de querer que a responsabilidade do Secretário seja a da sua rede, a do Prefeito seja a da sua rede, é difundida por essa questão de ter dois no mesmo local, mas deveria haver mais divulgação de resultados por localidade. E o Estado deveria estar preocupado com toda a educação dos seus Municípios. Se há um lugar em que a educação do Município é boa, o Estado deve sair de lá e procurar dar mais educação e mais escola naquele local em que a educação não é muito boa.

Pelo menos é assim como eu vejo a estrutura na questão do FUNDEB.

Não sei se ainda tenho tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - V.Sa. tem 6 minutos.

O SR. REYNALDO FERNANDES - Rapidamente, esta é uma proposta que eu tinha feito há algum tempo, à época em que o Paulo Paim era Ministro da Educação, de haver mais recursos federais destinados à educação básica. Havia uma briga em relação a essa questão. Naquela época, nós estávamos muito mais otimistas quanto aos recursos federais para a educação do que hoje. Mas suponham que nós tenhamos recursos. Se, de fato, a União entrar com mais recursos e se os Estados e Municípios continuarem ofertando escola de educação básica, de fato esses recursos terão que migrar para os Estados e os Municípios. A União não tem escola de educação básica.

A questão é como se fazer isso. A primeira possibilidade seria usar o próprio FUNDEB. A segunda seria criar um novo fundo. Pode ser o próprio FUNDEB, mas seria uma parte do FUNDEB com novos critérios de distribuição. É disso que eu vou tratar aqui. Vou chamar de novo fundo, mas pode ser o FUNDEB com novo critério. Evidentemente, eu acho que não deveriam mudar muito as regras de distribuição do atual Fundo, porque ele cumpre sua função. Se houver mais recursos, eu acho que nós poderíamos fazê-lo.

Qual é a crítica que se faz em relação ao FUNDEB, desde a época do FUNDEF? O FUNDEB serve para equalizar os recursos entre os Estados e os



Municípios, mas não traz qualquer incentivo para a melhora da gestão. Se há uma escola ruim quanto à reprovação, dá-se o recurso para a matrícula assim mesmo, porque o FUNDEB está lá para equalizar os recursos entre os Estados. Ele não tem esse incentivo.

Eu acho que deveria haver recursos. Havendo recursos a mais, essa nova função seria desse novo fundo. Então, considerando as regras atuais, por meio do FUNDEB, os mais ricos não receberiam qualquer aporte, até quando os recursos sejam bastante expressivos.

Há uma dificuldade de aumentar só o FUNDEB, do jeito que a regra é hoje. Vai começar grande oposição dos Estados que estão em cima, porque, para chegar recursos aos Estados mais ricos, terá que aumentar muito o FUNDEB. Vai começar a ter resistências, além de não ter incentivos.

Uma coisa importante em relação aos Estados, principalmente às cidades mais populosas e mais ricas, é que o custo de educação muda. Por exemplo, em São Paulo, evidentemente que contratar um professor da mesma qualidade em São Paulo, capital, é mais caro do que contratar o mesmo profissional em Ribeirão Preto.

Fiz esse estudo em relação a São Paulo, mas não em relação ao Brasil. Peguei o custo de oportunidade da professora. A maioria das professoras são mulheres que têm formação superior, com mais ou menos o mesmo salário. Evidentemente que o salário de quem está na cidade é muito maior. Se eu distribuir só por recurso, eu não estarei levando em consideração o custo dos insumos que variam dentro do mesmo Estado e entre cidades. Imaginem em diferentes Regiões do Brasil.

Então, a ideia que surgia era a de criar um novo recurso — poderia ser o FUNDEB ou um novo fundo —, com novas regras no caso, caso houvesse recursos mais expressivos do que os atuais. Evidentemente que há alguns problemas. Se eu quero incentivar a qualidade, posso usar um indicador de resultados, posso usar um indicador de insumos ou posso usar um indicador misto.

Se eu usar a distribuição não só por matrícula desse novo recurso — não de todo o FUNDEB, pelo amor de Deus! —, nós poderíamos ter um indicador de resultados. Por exemplo, poderia ser Prova Brasil, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica — IDEB ou qualquer outro tipo de avaliação.



Qual é a funcionalidade? Quem tem o melhor desempenho acaba sendo mais recompensado. Evidentemente que isso recebe críticas razoáveis. A primeira crítica. O desempenho não depende apenas da qualidade do trabalho da rede. Depende da qualidade dos alunos, da família deles etc.

Então, deve-se usar um indicador de valor adicionado. A literatura fala de quanto que o Município ou a escola agregam. Existe uma literatura enorme, mas esses modelos são complicados. Existe muita crítica. Eles têm muita variabilidade. Os erros de medida desses indicadores tendem a serem maiores. Eles medem o que nós gostaríamos, em termos teóricos, mas os erros de medida são maiores, infelizmente. Talvez uma área de pesquisa mesmo pudesse trabalhar com esses indicadores. Acho que um dia poderão ser melhores, já que são melhores do que os do passado, mas eles ainda têm uma margem de erro de medida muito grande. E as redes podem não saber muito como melhorar. Elas podem propor que serão ofertados mais recursos, se melhorarem, mas não darão muita infraestrutura.

Poderíamos chegar aos insumos. Insumo seria muito bom. Mas o problema do insumo é que não sabemos exatamente como construir escolas boas. Se soubéssemos, diríamos: “Os *insumos* são esses”. E nós resolvemos. Mas nós não sabemos fazer isso direito. Estudos mostram que todos os insumos que nós usamos têm relação muito tênue com a qualidade. Pode ser que aquela ideia de roupa unissex e de tamanho único não seja verdade. Então, nós não conseguimos fazer isso, e, de modo geral, vai variar de lugar para lugar.

Pode não haver uma estratégia dominante. Podemos estar incentivando ações que não melhoram a qualidade da educação. Medidas que funcionam num cenário podem não funcionar em outro, por exemplo, uma medida boa para o Município A, se aplicada no Brasil inteiro, pode não funcionar em outros Municípios.

Uma forma de corrigir isso talvez sejam os indicadores mistos, que, além de usar resultados de valores adicionados, que contêm erros, é possível corrigi-los e adicionar coisas consideradas importantes, como, por exemplo, que os professores não faltam às aulas, se nós conseguirmos levantar essas medidas. Nós não sabemos exatamente a função de produção da boa educação. Ela pode variar, mas há algumas coisas que achamos importante, tais como: o professor não faltar, as escolas não pararem frequentemente, o que afeta o desempenho.



Trabalhei, por exemplo, com indicadores mistos, mas não vou entrar em detalhes, com os quais se conseguem melhores resultados. São indicadores como o Índice de Oportunidades da Educação Brasileira — IOEB, por Município ou por Estado; não são indicadores por rede ou por escola.

O IOEB é um exemplo, mas não precisa ser ele, há vários outros indicadores na literatura. Ele sintetiza a trajetória educacional de um indivíduo, dadas as suas condições individuais e familiares. A ideia é avaliar, partindo do contexto dos diferentes Municípios, como estaria a educação de uma mesma criança em cada um deles. Ele busca ser uma combinação dos principais indicadores utilizados para monitorar a educação, ajustados pelas condições socioeconômicas, e é calculado por unidade.

Para a construção do IOEB, usa-se o IDEB da primeira fase do ensino fundamental, ajustado pelo ambiente socioeconômico, não é o IDEB puro, e o IDEB da segunda fase do ensino fundamental, ajustado pelas características socioeconômicas. Por enquanto não temos a medida do ensino médio, então se usa a taxa de matrícula, também ajustada. Poderia se usar o ENEM, mas este ainda tem... Além disso, usa-se a taxa de cobertura na educação infantil e uma série de cinco ou seis insumos provenientes da Prova Brasil.

Aqui está um exemplo. Eu poderia dividir o recurso do FUNDEB por fase — educação infantil, primeira fase do ensino fundamental, segunda fase do ensino fundamental e ensino médio — e redistribuí-lo pela matrícula ou por esse indicador. Considerando o indicador médio igual a 1, quem tem a média ganha exatamente as matrículas, quem tem abaixo da média ganha menos. Na equação, o *beta* daria esse peso, determinando o quanto se quer fazer isso.

Essa é uma ideia, e pode haver várias outras. Acho que o Ricardo Paes de Barros esteve aqui, e ele tem outras ideias. Mas estou falando na linha da operacionalização, e não haveria nenhum problema para operacionalizar isso. A questão, neste momento, é fechar exatamente a ideia básica.

Eu paro por aqui.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Obrigado, Reynaldo.



Eu queria fazer só duas pequenas observações. Primeiro, a sua apresentação foi extremamente provocativa, falando em termos positivos. E destaco dois pontos que você colocou, se me permitem. Um deles tem relação com os Municípios. Por que não permitir que eles assumam também o ensino médio ou que tenham essa possibilidade? Essa é uma pergunta que pode ser feita.

Olhando para a realidade dos Municípios hoje, o que nós percebemos é que eles têm dificuldade até com o ensino fundamental. E existe uma pressão muito grande para que os Estados assumam algumas etapas do ensino fundamental, para que os Municípios possam se dedicar mais à educação infantil.

É essa a observação. Acho que a provocação é boa, se os Estados tiverem condições de assumir, por que não fazê-lo? Mas a realidade mostra essa grande dificuldade.

A respeito da sugestão que você colocou de dividir o financiamento, vamos dizer assim, por critérios de mérito, acho que um ponto que tem que ser observado é que nós não podemos deixar as escolas mais vulneráveis, sem financiamento. Teria que haver uma combinação: quem fosse mais vulnerável teria mais apoio para sair dessa vulnerabilidade.

Queria fazer só essas duas observações. Nós vamos ter mais tempo depois para o debate.

Eu queria já passar a palavra, por 20 minutos, para a Sra. Andréa Barbosa Gouveia, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação — ANPED.

A SRA. ANDRÉA BARBOSA GOUVEIA - Bom dia. Quero agradecer o convite da Comissão e parabenizá-la pelo tema e pela possibilidade de discussão.

Na Associação, nós temos divulgado as audiências públicas, e a qualidade do debate tem sido muito interessante. Acho que esse é um tema fundamental para nós pensarmos a próxima década no Brasil e, quiçá, mais do que isso.

Eu também fiz um pequeno recorte, a partir da ideia da construção da equidade, do ponto de vista do financiamento da educação, para tentar colocar algumas das questões que nos preocupam.

(Segue-se exibição de imagens.)



Olhando para os objetivos da política de fundos, acho interessante pensar que o FUNDEB se colocava duas grandes questões: a manutenção e o desenvolvimento da educação básica; e a remuneração condigna dos trabalhadores da educação. Da passagem do FUNDEF para o FUNDEB, apesar de nós tratarmos a política de fundos como uma continuidade, parece-me que há uma ampliação que traz uma mudança de sentido para o próprio FUNDEB, que é, primeiramente, a ideia de desenvolvimento da educação básica. Esse é um passo fundamental, uma contribuição da forma FUNDEB para se pensar o direito à educação no Brasil. Acho que isso é um marco. Ainda que a forma técnica de redistribuição de recurso entre os entes federados continue a mesma, a cobertura com que o FUNDEB vai trabalhar é muito maior.

Nesse novo desenho, eu acho que a pergunta, o desafio é este: como repensar o FUNDEB agora nos trará saltos do ponto de vista da qualidade do ensino e da política de financiamento no Brasil? Parece-me que nós temos duas questões. A primeira é a necessidade de uma política permanente. Eu acho que nessa ideia de incrementarmos um sistema que foi se desenvolvendo, não necessariamente todo planejado, mas por incrementos sucessivos, esse é o momento de nós pensarmos uma política mais permanente e mais estável do ponto de vista do financiamento da educação. Então, essa direção que está posta na emenda constitucional é importante.

E a segunda questão, parece-me, é o desafio da universalização do direito à educação básica naquilo que já é a expansão da obrigatoriedade, de 4 anos aos 17 anos. Mais do que isso, a ideia própria, que está bem desenhada no Plano Nacional de Educação, de que a educação é um direito do zero aos 17 anos, inclusive para aqueles que não tiveram acesso.

A partir dessa ideia do desafio da universalização, eu queria pensar um pouco sobre quem está fora da escola e sobre a questão da remuneração dos professores. Como é que isso poderia estar em um redesenho do FUNDEB?

Eu vou pegar o caso do Paraná — como não dava para fazer um panorama de todos os Estados, escolhi um Estado que não tem complementação da União, mas onde o FUNDEB é muito importante, do ponto de vista da redistribuição interna



e do combate às desigualdades intraestaduais. Depois, eu vou tentar chamar um pouco a atenção para as desigualdades nacionais que ainda se mantêm.

A imagem mostra uma leitura do resultado líquido do FUNDEB nos Municípios que perdem recursos com o Fundo. Do ponto de vista territorial, é claro que esses recursos se redistribuem por redes, mas, de fato, se perde a gestão daquele percentual de recursos, do ponto de vista daquele ente federado. No Paraná, 52% dos Municípios perdem recursos, e isso vai se repetir em outros Estados que não têm complementação da União e não recebem de volta tudo o que contribuem para o Fundo.

Portanto, a ideia de manutenção e desenvolvimento vai implicar um esforço maior do ente federado municipal, na medida em que ele vai ter que fazer o mesmo com menos recursos. Essa é uma coisa que a literatura tem falado, desde a política do FUNDEF: existe um Robin Hood às avessas, porque nem sempre o dinheiro redistribuído está saindo de lugares onde não seria preciso daquele aporte de recursos.

Novamente, vou usar o exemplo do Paraná. No atendimento em creche dos Municípios que perdem recursos, em tese eu estou redistribuindo onde aquele recurso não faria falta. Mas, vejam, em oito Municípios não há nenhuma matrícula em creche, segundo dado de 2016. A receita líquida do FUNDEB é de 2014, mas eu estou usando as matrículas de 2016. Em um cenário de diminuição de recursos naquele Município, há um comprometimento da meta de chegar a 50% das matrículas em creche. Ainda que a maior parte dos Municípios esteja se direcionando para a meta de atendimento de 50%, apenas um número muito pequeno vai de fato trabalhar com a possibilidade de universalização.

Para o que eu quero chamar a atenção aqui? Essa questão coloca como desafio para a política de fundos a ideia de pensar que até aqui temos lidado com estudantes matriculados. Ainda que a política de fundos, em tese, seja um incentivador para que Município ou Estado busquem matrículas, me parece que de alguma maneira nós estamos, depois de 20 anos de política de fundos, numa certa estabilização, porque se sabe o quanto há de recursos. E é mais fácil operar com quem já está dentro do que fazer um esforço, com esse patamar de recurso disponível, para trazer quem está fora.



Então, o desafio da universalização precisaria se incorporar ao critério de distribuição de recursos do FUNDEB, do meu ponto de vista, desse modelo que nós tornaremos permanente, eu espero. E aí seria necessário que as regras de redistribuição fossem um pouquinho mais complexas do que o gasto por aluno. Portanto, lidando aí com alguma coisa como taxa de cobertura.

O documento final da Conferência Nacional de Educação — CONAE, de 2014, sugere algum indicador de fragilidade educacional, alguma coisa que coloque nessa cesta de redistribuição uma perspectiva de que o sistema educacional, por não atender a todos, não significa que não deve se preocupar com quem está fora da escola.

Acho que esse poderia ser um passo, no sentido de pensar sobre a contribuição de um novo Fundo, de um FUNDEB redesenhado para o desafio da universalização.

Outro componente que me parece fundamental é a questão da valorização dos professores. Historicamente, os professores brasileiros da educação básica têm condições desiguais de trabalho, de carreira e de remuneração. Isso tem gerado adoecimento, rotatividade e perda de quadros de professores mais experientes. Há uma grande quantidade de estudos mostrando que a vida útil do profissional na profissão, especialmente na educação infantil, está cada vez menor. Ou seja, os professores desistem da profissão.

E daria para mostrar isso com vários dados, mas eu tentei trazer duas coisas. Primeiro, há a questão da remuneração desigual entre Estados, Municípios e a rede privada. Há também um problema da valorização docente; as regras diferenciam o setor público, protegem o setor público, mas também a profissão docente no setor privado tem problemas de valorização.

Dados do Ministério do Trabalho, gerados pela Relação Anual de Informações Sociais — RAIS, mostram o tempo médio de serviço do professor de educação básica de início e meio de carreira. O isso tem a ver com o que estou dizendo é que estamos perdendo quadros que não ficam nas redes.

Há a questão de as médias de horas semanais também serem desiguais.

A desigualdade da capacidade de pagamento da remuneração é um elemento que tem a ver com a capacidade de arrecadação dos entes, mas há outro elemento,



que acho complicado e para o qual quero chamar a atenção, que é a desigualdade de remuneração entre as etapas da educação.

Existem diferentes medidas mostrando que ainda pagamos o professor brasileiro pelo tamanho das crianças. Os professores da educação infantil ganham menos que os professores do ensino fundamental, que, por sua vez, ganham menos que os professores do ensino médio. O ensino superior é mais complicado, porque a forma de proteção, de responsabilização pela União é diferente.

Outro elemento que tem a ver com essa política e tem induzido o crescimento da universalização da matrícula é o fato de que a média salarial dos professores, especificamente da educação infantil, tende a ser menor nos Municípios. Mas ela tende a ser menor quando o Município repassa a matrícula pela via do convênio. Então, há melhores condições de valorização do magistério nas redes diretas, porque ali há proteção do ponto de vista da lei do piso, das carreiras. As médias salariais mostram isso.

Porém, quando o Município utiliza a estratégia do convênio ou da compra de vagas, se coloca essa matrícula, esse aluno, esse sujeito que tem direito no mesmo patamar de qualidade da educação em instituições que pagam menos ainda o professor.

A seguir, dados da RAIS de 2015. A média salarial do professor na educação infantil quando ele está no contrato direto do Poder Executivo Municipal vai ser um pouco maior do que quando ele está em empresas de sociedade limitada. Quando ele está em organizações religiosas, que são tipicamente escolas conveniadas, e quando ele está em organizações sociais a média salarial é menor. Aqui há um problema: as formas privadas de solução da expansão têm na remuneração e na valorização dos professores um nó importante. Essa saída significa ir contra uma política de valorização do magistério.

Discutir, no contexto do desenho do FUNDEB, a questão da valorização docente é fundamental, porque ela é determinante na gestão dos sistemas. Investimento em educação significa, em uma medida muito importante, investimento em pessoal. Portanto, discutir o FUNDEB é, sim, discutir o que vamos fazer com o cenário da distribuição da folha de pagamento.



A valorização docente tem que se articular com a qualidade de ensino, certamente — este é um pilar da defesa da valorização do magistério —, mas também com a qualidade de vida do trabalhador. À medida que eu adoeço mais o trabalhador, isso tem efeito inverso ao da possibilidade de desenvolvimento do sistema e de própria gestão do sistema.

As desigualdades da remuneração docente são regionais. Abrindo esses dados pelas Regiões Norte e Sul, pelas grandes regiões brasileiras, se notam desigualdades bastante intensas. A legislação do piso salarial ainda não deu conta de ser efetiva no conjunto do País para garantir um patamar igualitário de remuneração e de profissionalização dos professores. Ela também é desigual na dependência administrativa e ela é desigual na etapa de atuação desses professores. Acho que esse é um elemento importante de pensar.

Insisto que as formas que eu estou chamando de privatizantes — ampliação do acesso, compra de vagas, convênios — têm contribuído para o rebaixamento das condições de valorização dos professores. Portanto, pode ser um efeito indesejado da necessária e rápida ampliação da universalização. De um lado, se há crescimento de matrículas dessa forma porque há urgência no atendimento das crianças, de outro lado isso cria efeitos indesejados do ponto de vista da qualidade.

É preciso discutir melhor a fixação dos 60% da aplicação do FUNDEB e a remuneração de professores. O conjunto de estudos da área de financiamento tem dialogado com isso e mostrado que as redes com mais qualidade — ou seja, as redes com bom desempenho do ponto de vista da aprendizagem, mas também boas condições de oferta, salários adequados, carreira e condições de infraestrutura das escolas — gastam mais de 60% do FUNDEB em folha de pagamento.

Portanto, essa ideia da valorização — no próprio desenho do FUNDEB, 40% são para manutenção e desenvolvimento de outros aspectos que não a valorização docente — já chegou ao limite do que dava conta. Teríamos que pensar aqui que esse é um gasto mínimo com magistério, que não é esse o recurso que está sendo gasto, e que é preciso avançar, talvez, para 80%, 90%.

Eu entendo que esse conjunto de desafios para redesenhar o FUNDEB está expresso num documento final da CONAE 2014, que isso sintetiza um pouco algumas das preocupações que eu estou tentando apresentar para vocês. Uma das



constatações da CONAE 2014 é de que é preciso redefinir o modelo de financiamento, considerando a participação adequada dos diferentes níveis de Governo. É, portanto, pensar o pacto entre os entes. Ainda que nós possamos avançar no desenho do que significa a repartição de matrícula, é preciso levar em consideração a capacidade arrecadatória, priorizando os entes federados com baixos índices de desenvolvimento socioeconômico e de desenvolvimento educacional.

De alguma maneira, até aqui nós operamos a política de fundos apenas com o critério da disponibilidade de recursos orçamentários e um pouco com o efeito do número de matrículas, mas não com o efeito de quem está fora da escola. De fato, esse me parece ser um elemento de fragilidade educacional importante.

A ideia de que a União precisa ter uma contribuição maior no Fundo já estava desenhada em 2014, e me parece que isso continua urgente, ainda que nós estejamos em outro momento de diálogo sobre o financiamento da política pública no Brasil. Não me parece fazer sentido estabelecer para as políticas públicas um teto artificial de gastos que desconsidera o conjunto de compromissos que nós desenhamos no Plano Nacional de Educação.

Temos que encontrar uma saída que não seja o congelamento do direito à educação. O próprio Plano Nacional de Educação incorporou um mecanismo que pode fazer um diálogo com a redistribuição de recursos, que é a ideia do Custo Aluno Qualidade.

Eu sintetizaria essa posição que está no documento final da CONAE em duas questões: é preciso considerar, no debate do redesenho do FUNDEB, quem não está na escola; e é preciso considerar que a capacidade de arrecadação tem marcas de desenvolvimento regional que podem ter medidas além da capacidade tributária, medidas que tenham a ver com o desenvolvimento social desigual do País.

Parece-me que nós temos que considerar até onde o FUNDEF e o FUNDEB nos levaram. Tomando o valor para o ensino fundamental urbano nos anos iniciais, que é o valor de referência que nós comparamos com o FUNDEB, em 2007 nós tínhamos uma desigualdade de 2,3 entre o maior FUNDEB médio, que era Roraima, e o menor FUNDEB dos Estados que recebiam complementação. Em 2016 isso passou para 1,73.



Então, do ponto de vista nacional, nós fizemos um movimento importante em direção à equidade, mas é ainda uma equidade absolutamente insuficiente, se considerar que continuamos sorteando a possibilidade de ter uma escola melhor pelo local de nascimento. É preciso, para que esta dispersão se aproxime cada vez mais de zero, ou seja, independentemente do Estado em que esteja, que o estudante possa ter uma escola com o mesmo padrão de financiamento. Ainda que o valor mínimo do ensino fundamental tenha crescido em termos reais, 62% em 10 anos, isso não foi suficiente para dizermos que o Brasil tem uma política de financiamento que garante equidade de tratamento para os estudantes.

Isso também vai se expressar nos fatores de ponderação. Os fatores de ponderação para redistribuição de recursos têm evidenciado a complexidade do sistema educacional. É quando ele vai reconhecer que vamos ter custos diferentes para a creche conveniada, para a educação especial, para a educação indígena, para o ensino fundamental; se ele está no campo, se ele está na cidade.

Porém, do ponto de vista dos fatores da ponderação, essa complexidade não se estabelece. Lista-se a complexidade, mas não se dá um peso que corresponda ao custo efetivo da educação de qualidade. Então, esse é um elemento que a política educacional precisa urgentemente enfrentar, de maneira que possamos avançar, para que os fatores de ponderação, além de evidenciarem a complexidade dos custos, possam praticar valores que atendam a essa complexidade.

Isso implicaria levarmos o debate dos recursos existentes para um debate dos recursos necessários. Esse é um elemento a ser incorporado no redesenho do FUNDEB, e isso precisa estar articulado com a discussão do controle social sobre o uso dos recursos.

O debate dos Conselhos de Acompanhamento precisa passar dos registros formais e contábeis do Fundo para um acompanhamento mais substantivo do uso dos recursos, inclusive, dos recursos que não compõem a fonte FUNDEB. Lidar com a fragilidade educacional implica reconhecer que os Municípios com maior capacidade arrecadatória têm possibilitado o desenvolvimento das suas redes com outros recursos além daqueles do FUNDEB. É preciso dar visibilidade para esse debate. E aí uma articulação do debate do financiamento com o planejamento educacional é fundamental.



Chama-me muito a atenção o fato de que a proposta de emenda constitucional que está em debate começa inserindo a ideia de planejamento participativo no texto constitucional. Acho que será um grande avanço para a educação brasileira, isso nos colocaria em melhores condições para um diálogo democrático e público, por exemplo, sobre a manutenção da Conferência Nacional da Educação a cada 4 anos, conforme indicado no Plano Nacional de Educação, mas, que, neste momento, como os senhores sabem, parece estar em risco.

Eram esses os meus elementos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ságuas Moraes) - Obrigado, Andrea.

Vamos passar agora para a lista dos inscritos. A Deputada Creuza não está inscrita, mas eu estou. (*Risos.*) Então, vou passar a palavra para mim mesmo.

Houve muitas questões colocadas aqui, mas eu quero começar com uma situação vivida há poucos dias, quando o MEC baixou a Portaria nº 577, de 27 de abril de 2017, que revoga a portaria anterior e dispõe sobre a composição do Fórum Nacional de Educação.

Eu, o Deputado Pedro Uczai e outros Deputados da Comissão de Educação apresentamos o PDC 641, de 2017. É um projeto de decreto legislativo que susta o Decreto de 28 de abril de 2017, da Presidenta da República, e convoca a 3ª Conferência Nacional de Educação.

Na verdade, esse PDC já perdeu o vigor, porque a expectativa era que as conferências locais acontecessem agora no primeiro semestre, e o primeiro semestre já acabou e vamos ingressando no segundo semestre. De qualquer modo, seria importante que se realizassem as conferências locais agora, as conferências regionais no segundo semestre, para que, no início do próximo ano, houvesse a Conferência Nacional.

O Ministro jogou tudo para o segundo semestre, e temos dúvida se será tudo realizado no segundo semestre. Vamos lutar para que isso aconteça e para que possamos ter a Conferência Nacional no ano que vem.

O que foi dito pelos defensores dessa proposta é que o Governo anterior tinha aparelhado o Ministério da Educação e que, pouco antes de a Presidenta Dilma sair, essas conferências foram marcadas para o início do primeiro semestre, como



aparelhamento. Nós não compreendemos bem o que eles disseram. Que aparelhamento é esse?

Nós estamos indo para a 3ª Conferência Nacional, atrasados. Diferentemente da saúde, que já realizou mais de 20 conferências. Antes da criação do SUS, já existiam as conferências. E nós estamos atrasados nessa questão das conferências na educação.

Apresentamos outro PDC, que também susta a portaria de 27 de abril, que eu citei anteriormente, e dissolve o Fórum Nacional. Inclusive a ANPED, que é a entidade que você representa, Andrea, foi excluída.

O Fórum Nacional de Educação começou em 2010, com 39 entidades, e chegou a ter 50 entidades. Aos poucos, foram agregando outras entidades. O que o Ministério poderia fazer seria agregar outras entidades, se assim fosse necessário, até porque o Fórum é uma representação da sociedade civil e dialoga com o Ministério da Educação. O Fórum tem um papel fundamental: é a voz da sociedade civil no diálogo com o Ministério da Educação.

Então, eu queria fazer essa observação e dizer que nós entramos com esses PDCs. Um deles não vai ter muita validade, porque o primeiro semestre praticamente já acabou.

Voltando ao tema do FUNDEB, vou comentar um pouco a exposição do Reynaldo. Você questiona por que Estados e Municípios não ofertam todas as modalidades ou etapas da educação.

Eu acho complicada — e já fui Secretário de Estado — essa oferta de todas as etapas e modalidades da educação por Estado e Município. Em primeiro lugar, 73% dos Municípios têm menos de 20 mil habitantes. Uma cidade de 20 mil habitantes comporta uma única escola de ensino médio. Por que comporta uma única escola de ensino médio?

Poderia ter mais até, como havia lá em Mato Grosso, porque fizemos um redimensionamento de matrícula para garantir uma escola voltada para o ensino médio. Minha cidade, Juína, tinha 39 mil habitantes, mas já está com 45 mil habitantes, e seis escolas estaduais — estou falando só da rede estadual — que ofertavam ensino médio. O Município não podia ofertar escolas, se não haveria umas duas do Município também. O que acontecia? Uma escola tinha: um primeiro



ano, um segundo ano e um terceiro ano; a outra escola tinha: dois primeiros anos, um segundo ano, um terceiro ano. O professor do ensino médio saía peregrinando pelas seis escolas.

Está certo que a cidade é pequena, não teria tantos problemas, mas na hora de discutir o projeto político-pedagógico da escola, a qual escola pertencia esse professor? Esse professor não pertencia à escola nenhuma. Se acontecia uma coisa boa na escola em que ele dava aula, ele dizia que era de lá; se acontecia uma coisa ruim na escola que ele dava aula, ele dizia que só dava uma aula lá. Então, o profissional de educação precisa estar vinculado à instituição, à escola.

Também é fundamental para a qualidade da educação, como todos nós sabemos e vocês melhor do que eu, porque são da área de educação, que a comunidade participe da vida da escola. Se a comunidade não participa do dia a dia da escola, essa escola está fadada ao insucesso. O sucesso da escola, fundamentalmente, depende da participação da comunidade escolar na qual ela está inserida.

Como nós não temos essa possibilidade de dividir muito, de certa forma, temos de criar as escolas de ensino médio, e o fundamental deve ser compartilhado mesmo entre Estados e Municípios.

Outra questão que você coloca Reynaldo, e seria bacana se chegássemos a esse estágio, é que, por exemplo, se um Município dá conta de atender as suas demandas, o Estado deve sair dali e ir para os Municípios mais pobres e com mais necessidades. Só que nós observamos que nos Municípios ricos...

Lá em Mato Grosso, em torno de 40 Municípios produtores do agronegócio são muito ricos; e há os Municípios “classe média” e os Municípios pobres. O que nós observamos é que, a partir do FUNDEF — eu era Prefeito; fui eleito em 1996, pela primeira vez, e o FUNDEF começou em 1997 —, começou a centralização das escolas, a reorganização de matrícula, o transporte escolar. Havia uma máxima que era o seguinte: quanto mais matrícula você tiver, mais dinheiro vai chegar. E então a “prefeitada” saiu correndo atrás de matrícula, competindo com o Estado.

Logo os Municípios mais pobres e de “classe média”, vamos dizer assim, entre aspas, perceberam que não era bem assim. Eu era de um Município de classe média e percebi que havia contrapartida. Na época, o FUNDEB correspondia a 15%,



e os 10% eram contrapartida dos Estados. Logo eu percebi que aquilo não ia dar certo. Comecei a espalhar essa notícia entre os Prefeitos, até que deu certo.

Municípios muito ricos apostaram nessa tese. Quando eu cheguei à Secretaria de Estado de Educação, pela primeira vez, em 2007, nesses Municípios ricos, nós tínhamos de 75% a 85% das matrículas. Eles estavam sufocados! Não tinham mais condições de respirar. Não tinham condições de fazer a correção da inflação dos profissionais da educação. Não tinham como melhorar ainda mais os salários de professores. Está certo que os salários dos profissionais ali já são melhores do que os dos Municípios mais pobres, mas eles queriam mais porque são Municípios ricos.

Então, nós tivemos que fazer o redimensionamento de matrícula. Nós percebemos que o equilíbrio seria, aproximadamente, 50% de matrículas para o Estado e 50% para os Municípios. Quando o Estado tem matrícula de menos, os Municípios ficam com mais FUNDEB, é verdade. Mas isso nem sempre é uma vantagem. Em outras contrapartidas, à medida que se aumenta a matrícula, mesmo que esses Municípios ricos tenham contribuições de melhoria, como IPTU e ISS, que entram na composição dos 25%, e que ele vai fazer a contrapartida no aumento de matrícula, ele começa, a partir de 50%, a ficar sufocado.

Na verdade, o que eu quero dizer é que nós precisamos sentar — Estados, Municípios e União — para discutir isso.

Nesse sentido, eu tenho um projeto de lei que cria o Sistema Nacional de Educação. O Deputado Glauber Braga é o Relator desta proposta, o PLP nº 413, de 2014. O Deputado Glauber Braga nas audiências já fez algumas modificações, já recebeu críticas. Ele tem críticas ao projeto, mas, basicamente, o projeto cumpre uma determinação do PNE de que, em dois anos, teria que se criar o Sistema Nacional de Educação. Este projeto foi apresentado em junho de 2014. Em junho 2016, ele deveria estar aprovado. Mas até agora não conseguimos aprová-lo na Comissão de Educação. Vamos trabalhar para, até o final do ano, aprovar esse projeto aqui na Comissão de Educação.

O projeto cria o Sistema Nacional de Educação, que vai, exatamente, tratar da colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Hoje, existe certo regime de colaboração, mas ele é voluntário da parte do Ministério. No



dia em que quiser acabar, acaba. E, quanto a essa colaboração, há época em que é maior, há época em que é menor. Não é sistematizado o regime de colaboração.

A União repassa recursos para os Estados e os Municípios através do FNDE. Há época em que existem mais recursos, há época em que existem menos recursos. Em relação à formação dos profissionais da educação, o Estado que tem mais interesse busca mais apoio do Ministério, o que tem menos interesse busca menos e assim vai. O Município nessa hora não entra muito na negociação, até porque quem faz essa negociação do regime de colaboração diretamente com o Ministério é o Estado; e depois o Estado com o Município. Há Estado que faz mais colaboração e há Estado que faz menos colaboração. É uma coisa solta que nós precisamos disciplinar, organizar.

O projeto que cria o Sistema Nacional de Educação trata do regime de colaboração. Ele cria as comissões bipartites, tripartites, para que nós possamos sentar à mesa e negociar, pelo menos, uma vez por ano, com a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios.

Eu acho que a partir daí, Reynaldo, essas angústias nossas, suas, de todos nós que estamos aqui e da Andréa também vão se resolvendo. Nós vamos precisar saber qual é o valor mínimo para adquirir todos os insumos e todos os investimentos que precisamos fazer para uma educação com o mínimo de qualidade. Vamos utilizar primeiro o Custo Aluno-Qualidade Inicial — CAQi e depois o Custo Aluno-Qualidade — CAQ. Isso vai ter que ser avaliado. Nós sabemos que há Estados ricos com Municípios pobres e há Estados pobres com Municípios ricos. Essa realidade de que todo o Estado é igual não é verdade. Essa realidade que toda região é igual não é verdade.

No momento em que nós criarmos e for aprovado esse projeto que cria o Sistema Nacional de Educação, nós vamos disciplinar. Vamos ter as instâncias de regulação de decisão, instâncias deliberativas. E o mínimo de investimento necessário cada região, cada Município, cada Estado vai apresentar para ter uma educação de qualidade. A partir de então, eu acredito que vamos superar essa questão da valorização dos profissionais da educação, o problema de matrícula também. Enfim, eu acredito que nós precisamos verificar isso.



E também se resolve um problema que você colocou aqui, Reynaldo, que é a remuneração por desempenho. Eu a vejo com dificuldade porque nós sabemos que os Municípios com mais poder aquisitivo, mais ricos, têm condições de fazer formação continuada com mais frequência, de planejar melhor as suas ações, de adquirir mais equipamentos, fazer mais investimentos. E, em tese, eles teriam desempenho melhor. Isso nem sempre é verdade, mas há uma tendência de ter um desempenho melhor. Aí, esses Municípios seriam mais favorecidos ainda.

Então, eu acho que, quando nós criamos instâncias de decisão, instâncias em que nós possamos nos sentar à mesa para negociar, superamos também essa questão e começamos a avançar um pouquinho mais.

Era mais ou menos isso que eu queria dizer.

A Andréa citou as desigualdades de remuneração entre as etapas. Eu acho que é tudo decorrente de não haver espaço para fazer esse debate e nos sentarmos numa mesma mesa com instâncias deliberativas.

Professora Dorinha, eu estava dizendo que, quanto à aprovação do Sistema Nacional de Educação, para nós superarmos uma série de problemas — nós teremos as comissões bipartites, tripartites —, vamos oficializar o regime de colaboração. A Professora Dorinha foi Secretária de Tocantins por muitos anos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Por 9 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ságuas Moraes) - Por 9 anos. S.Exa. também foi Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação — CONSED, quando foi minha chefe.

Nós sabemos que o regime de colaboração — já disse aqui agora há pouco — acontece de forma voluntária. Há épocas em que há mais, há época em que há menos, entre a União e os Estados, entre os Estados e os Municípios, há Estados que têm mais compromisso, outros menos.

A partir do momento em que institucionalizarmos isso — porque há previsão no PNE para que isso aconteça —, primeiro, nós haveremos de decidir em conjunto. Não é uma decisão de cima para baixo, só do Ministério da Educação para os Estados e Municípios, porque, quando há muito dinheiro, é bom, mas, quando não há, é complicado.



Então, nós precisamos de aprovar esse Sistema Nacional de Educação, porque ele institucionaliza basicamente essa questão. Obviamente, há muitos assuntos tratados no Sistema Nacional de Educação, mas estou falando isso só para ficarmos centrados no assunto que estamos debatendo aqui agora.

Eu quero perguntar à Professora Dorinha, que é Relatora desta Comissão Especial, se S.Exa. quer fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Bom dia. Queria cumprimentar o Deputado Ságuas Moraes, Vice-Presidente desta Comissão; a Profa. Andréa, da ANPED; o Reynaldo Fernandes, conhecido de muito tempo, a quem agradeço muito a atenção de ter vindo à Comissão.

Peço desculpas, porque, inicialmente, eu estava numa reunião partidária importante. Mas vou olhar todas as notas taquigráficas.

A nossa intenção nestas audiências é procurar ouvir de maneira bastante plural diferentes contribuições, reconhecendo os avanços que o FUNDEB trouxe. Mas reconhecemos também que existem muitos nós que precisam ser superados. Muitos pontos têm sido recorrentes aqui, como a questão dos fundos estaduais, o regime de colaboração, a diversidade enorme que nós temos das bandas, ou seja, dos *per capita*s que só servem para uma referência, mas depois não têm nenhuma relação de aplicação e são muito arbitrários. Esses foram definidos, na verdade, pela Comissão, que reúne CONSED, UNDIME e MEC, mas entendemos que precisamos superar isso, precisamos de mais dinheiro, a União precisa alocar mais recursos. Então, os desafios são enormes.

É lógico que eu vou olhar as contribuições diferentes nesse processo de construção. Independente disso, à medida que conseguimos avançar, com produção de materiais, se vocês puderem contribuir, a contribuição vai ser bem-vinda em qualquer estágio desse debate. Sabemos que o tempo é curto, mas talvez algum estudo, algum material que já tenham produzido no seu dia a dia será muito bem-vindo para o nosso trabalho.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ságuas Moraes) - Obrigado, Deputada Professora Dorinha.



Não havendo mais Deputados inscritos, passo a palavra aos senhores consultores para as suas considerações.

Tem a palavra o Sr. Paulo De Sena, por 3 minutos.

O SR. PAULO DE SENA MARTINS - Bom dia a todos. Obrigado, Deputado.

Eu só queria, em primeiro lugar, parabenizar os expositores, o Prof. Reynaldo e a Profa. Andréa, que são pesquisadores da área e têm várias contribuições que temos acompanhado ao longo desse tempo. Eles têm dialogado com diferentes índices. Índices que, embora tenham eventualmente seus limites, podem contribuir para novos critérios de distribuição dos recursos, tanto o Índice de Oportunidades da Educação, com o qual o Reynaldo tem dialogado, como o Índice de Condições de Qualidade, que a Profa. Andréa tem colocado.

Partindo das exposições, lembro que o Reynaldo coloca a questão de como inserir a qualidade no FUNDEB, que acho que é um debate importante, e relaciona, o que também é importante, a qualidade ao contexto.

Tivemos outros expositores, como, por exemplo, o Prof. Chico Soares, que, já no INEP, falava da questão da importância do contexto, de como esses recursos poderiam, de alguma maneira, contribuir também com o aprendizado de alunos em situações socioeconômicas mais vulneráveis.

O PNE fala muito em quintis e quartis. Então, a minha pergunta — estamos fazendo um *brainstorm* — é o que vocês acham de, eventualmente, com base no que o próprio Reynaldo falou, ou dentro do FUNDEB, ou em um mecanismo paralelo, haver um aporte de recursos para quintis, quartis ou até decis dos Estados mais pobres, mesmo dos Estados que não recebam a complementação, o que seria uma maneira, talvez, de esses Estados passarem a apoiar? Você colocou a questão de que esses Estados mais ricos não teriam muito entusiasmo com maior aporte de recursos no conjunto da complementação do FUNDEB. Eventualmente, se isso atingisse os decis mais pobres desses Estados, talvez, gerasse uma dinâmica interessante. Não sei, é só uma curiosidade.

A Andréa coloca a questão dos alunos fora da escola. Eu também queria saber a opinião dos expositores sobre como inserir isso, se seria, eventualmente, talvez, nas ponderações. O PNE fala muito em busca ativa, não é? Então, considerando aquilo que se conseguiu atrair de novas matrículas, isso poderia ser,



de alguma maneira, bonificado por uma ponderação ou por um outro mecanismo paralelo?

Então, são essas as minhas considerações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ságuas Moraes) - Obrigado, Paulo De Sena.

Passo a palavra agora ao Dr. Ricardo Martins, que também já foi nosso consultor do CONSED por muito tempo.

O SR. RICARDO CHAVES MARTINS - Obrigado, Deputado Ságuas Moraes, Vice-Presidente desta Comissão.

Prof. Reynaldo, é um prazer revê-lo. Digo o mesmo para a Profa. Andréa.

Um dos grandes méritos do FUNDEB, que foi ressaltado aqui pelos senhores, é a questão do efeito redistributivo. Inegavelmente, ele tem um impacto redistributivo dentro dos Estados e entre os Estados e os Municípios.

Mesmo ao longo do tempo, como a sua tabela mostrou, Roraima é meio um ponto fora da curva, não é? Se compararmos São Paulo com o pessoal, a distância é menor; e, se compararmos com o Paraná, por exemplo, ali praticamente oscila perto daqueles que são um Estado desenvolvido.

No entanto, a questão não é essa. O efeito redistributivo é extremamente importante. Concordo que ele tem que ser preservado, mesmo porque é uma fórmula simples, mas há uma questão que está por trás das duas exposições que eu queria colocar para ouvir, talvez, um pouco mais. Mesmo entre Estados ricos, Deputado Ságuas Moraes, claro, e Municípios pobres, há diferenças e desigualdades entre eles, seja na sua capacidade de investimento, seja nas necessidades de desafios educacionais, em metas que têm que ser cumpridas, etc.

Então, como isso tem sido colocado, pelo menos, não formalmente nas audiências, mas em encontros que temos frequentado, eu coloco o seguinte: não seria interessante também que, dentro de cada Estado, houvesse uma diferenciação entre os Municípios, de acordo com alguns critérios, por exemplo, taxa de escolarização, nível médio socioeconômico, capacidade arrecadatória, enfim, algumas questões? Porque existem várias variantes, que estão fora do FUNDEB e que não são levadas em consideração. É claro que a distribuição é muito importante,



mas, na verdade, essa colocação é: não seria possível melhorar o efeito redistributivo, sem tocar naquele que já acontece hoje?

Era essa a indagação que eu gostaria de colocar. Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ságuas Moraes) - Obrigado, Sr. Ricardo.

Passo a palavra para a consultora Ana Valeska.

A SRA. ANA VALESKA AMARAL GOMES - Bom dia, Sr. Presidente; bom dia, Sr. Reynaldo; e bom dia, Sra. Andréa.

Minha indagação é um pouco na linha do que o Paulo falou. A proposta apresentada pelo Reynaldo seria um fundo dentro do FUNDEB ou um fundo separado voltado mais para o aprimoramento da gestão. Foi isso? Seria usado um indicador misto que considerasse resultados, insumos e processos para compensar as críticas, as deficiências dos indicadores usados isoladamente. Não é isso?

Dialogando um pouco com o que a Andréa trouxe, que é a questão do PNE, das demandas educacionais de quem está fora do sistema, das necessidades de universalização, como é que esse indicador lida com essas demandas de quem está fora do sistema, não só do jeito que o sistema está estruturado, dos resultados que ele está alcançando, mas de quem ainda precisa ingressar dentro do sistema e das limitações que muitos entes apresentam para expandir as suas matrículas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ságuas Moraes) - Obrigado, Sra. Ana Valeska.

Concedo a palavra ao consultor Cláudio Tanno.

O SR. CLÁUDIO RIYUDI TANNO - Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. expositores. Queria explorar com o Reynaldo a questão desse indicador de oportunidades educacionais. Qual é a correlação que existe entre uma determinada oportunidade educacional e os recursos aportados nessa localidade, os valores aplicados por aluno?

Eu fiz uma rápida comparação entre as oportunidades educacionais por Estado mais o Distrito Federal e os valores do FUNDEB. Existe uma correlação direta entre os Estados que recebem complementação, que são aqueles que têm um valor menor, comparativamente a outras unidades, e as oportunidades educacionais. Ou seja, Estados com menores recursos têm menor oportunidades educacionais,



com exceção do Ceará, que, tendo as melhores oportunidade educacionais, está em 5º lugar, e de Minas Gerais, que tem um dos piores valores por aluno, mas também tem a segunda melhor oportunidade educacional.

Por outro lado, existem Estados que recebem muitos recursos, como Roraima e Amapá, e ainda têm oportunidades bastante reduzidas.

Nesse aspecto, evidencia-se a questão da gestão do sistema de ensino que não leva as oportunidades necessárias em função desses recursos.

Em que medida serão ponderados recursos e gestão? Houve alguma conclusão em relação a esses dados de oportunidades que foram levantados de Município em Município e recursos recebidos? É essa a questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ságuas Moraes) - Obrigado, Sr. Cláudio.

Vou passar a palavra aos senhores expositores para as considerações finais.

Concedo a palavra ao Prof. Reynaldo Fernandes, por 3 minutos. Se precisar, pode usar mais.

O SR. REYNALDO FERNANDES - Só para clarificar. Eu não estou defendendo aqui, Sr. Presidente, que todos os Municípios façam tudo, ou todos os Estados. O que eu acho é que não tem por que a Lei do FUNDEB proibir isso. Ou seja, eu não estou dizendo que todos os Estados ou todos os Municípios devem fazer ensino médio. Mas, se houver Municípios que têm capacidade, por exemplo, hoje eles até podem fazer, mas não levam o recurso. Isso é um grande desestímulo a fazê-lo. Então, a questão é deixar uma regra mais flexível. Eu acho que vai haver Municípios em que o Estado terá que entrar mais ainda, mas poderíamos deixá-lo talvez só com a educação em creche e pré-escola, por exemplo.

Hoje a Lei do FUNDEB não permite isso. Na verdade, o que eu estou defendendo é apostarmos no nosso sistema descentralizado. O grande problema, e nós temos vários, de o Brasil ter um sistema assim é nós termos duas redes públicas na mesma localidade. Eu conheço apenas um único lugar assim, mas pode haver outros. Como resolver isso é o nosso problema.

O FUNDEF e depois o FUNDEB vieram para dar uma solução. Ela não é perfeita, mas conseguimos fazer. Então, eu acho que temos que insistir nisto. O que estou defendendo é um sistema descentralizado.



Pode haver Município que não vá fazer nada e outro pode ser o melhor. Aí eu vou entrar um pouco na outra parte: por que os gestores são responsáveis? Hoje nós temos um sistema que fortalece que os gestores e secretários sejam responsáveis pela sua rede. Aí eu entro na questão da Andréa. Criança fora da escola não é de rede nenhuma. Nós temos que fazer um sistema em que a responsabilidade pela educação seja da localidade — e nem falo do Secretário e do Governador.

Nós temos que caminhar para esse sistema para resolver isso. Acho que temos resolvido até razoavelmente bem, mas temos que dar esse passo. E essa caminhada no sentido de ser responsável pela sua rede, por exemplo, resolve esse problema de que a criança fora da escola não é problema de nenhuma rede. Isso é um problema da localidade.

Isso evidentemente não vai resolver o FUNDEB, mas ele pode ajudar nisso. Nós devemos ter algum sistema para fazer essas trocas e convênios para professores poderem mudar de rede, que é uma coisa muito mais complicada. Os arranjos e a colaboração vão ter que entrar — embora eu não os tenha colocado aqui.

Quanto ao que eu coloquei sobre o segundo fundo, é preciso trazer de fato a questão da qualidade para o debate. Isso é difícil. Se for dado para quem tem melhor desempenho e este estiver correlacionado, será um problema. Não é uma forma fácil de fazer isso.

Eu estou deixando o FUNDEB da forma que está aí. Se nós conseguirmos mais recursos federais, acho que poderíamos começar a pensar nessa questão. Ou seja, poderíamos ter duas formas de repartição: uma que garanta a distribuição de recursos com as matrículas etc. e outra que pudesse olhar a questão de desempenho. A questão é: como fazer isso? Não é fácil.

Eu dei um exemplo de Índice de Oportunidades da Educação Brasileira — IOEB aqui, mas pode ser outro. Deve tentar resolver e não ser um indicador puramente de resultado, mas que considere o efeito. O que o IOEB faz? Ele controla pela condição socioeconômica do local. Então, suponha que todos os Municípios do Brasil tenham as mesmas condições socioeconômicas médias. Quais seriam os IDEBs deles? É isso que ele faz. E ele usa insumos também para fazer isso. São



tentativas. Não existem saídas perfeitas, mas se pode mesclar essas duas referências. Porque hoje, também, uma crítica que se faz ao FUNDEB é a seguinte: se eu reprovo todos os alunos e aumento o número de matrículas, porque muitos são reprovados, eu ganho mais recursos. Existe o problema de não se levar isso em consideração. Então, eu acho que nós temos que mesclar. Na verdade, seriam recursos federais que vão além do que já é dado hoje para os Estados e os Municípios.

Na questão do FUNDEB, Ricardo, evidentemente pode haver Municípios pobres em Estados ricos. Mas o FUNDEB, em grande parte, resolve isso, porque na hora em que eu faço a redistribuição, ele vai ter o mesmo recurso da média do Estado.

Para que isso seja verdade, todo recurso da educação, e não só os 20% dessa cesta de tributos usados hoje, teria que estar incluído. Mas, em grande medida, ele resolve essa questão dos Municípios pobres. É isso que o FUNDEB conseguiu fazer. Ele não resolve completamente a igualdade entre os Estados. Mas dentro do Estado eu teria que colocar todos os recursos, aí já é mais difícil.

Então, para se considerar valores por aluno e tal, o Índice de Oportunidades da Educação Brasileira — IOEB e outros indicadores, na verdade, tentam levar isso em consideração. Por exemplo, o IOEB não usa matrículas, ele usa a população em idade escolar e as condições do Município.

Evidentemente, há uma relação com o nível socioeconômico? Sim. Eu deveria ter controlado tudo, mas às vezes eu não consigo fazê-lo. Vejam o seguinte: o Município pode ter melhor desempenho e pode ser mais rico por diversos motivos. Se ele é mais rico por ter melhor qualidade do capital humano, isso está relacionado às condições familiares e está controlado.

Mas, evidentemente, se existe um Município com uma refinaria de petróleo e dá um salto em sua renda, isso não é controlado.

Então, evidentemente, há formas de se elevar. Existe uma correlação, mas ela é bem menor do que os IDEBs e essas outras medidas sobre as quais não há nenhum controle socioeconômico.

Mas se houver dois Municípios com famílias mais ou menos com o mesmo índice socioeconômico, mas um deles seja rico por questões naturais, isso vai gerar



recursos maiores para a educação. E, se os recursos importam na educação, pode apresentar melhor desempenho. Ou seja, a criança que nasce num Município mais rico terá melhores oportunidades educacionais, porque a escola é melhor etc.

Na verdade, a única coisa que o indicador tenta controlar são as condições de nascença da pessoa e da sua família. Mas, se o aluno nasceu num lugar em que há mais escolas etc., as oportunidades serão melhores. Pode ser que seja por meio dos recursos. Uma parte do recurso ligado às famílias é controlada. Evidentemente, eu só dei um exemplo disso, mas é possível construirmos indicadores tentando colocar essas considerações para não punir a criança duas vezes.

Se ela nasce num Município que é muito ruim em termos de escolas, se eu tiro os recursos dela, ela será punida duas vezes: pelo mau desempenho inicial e, depois, eu ainda tiro o recurso dela. Então, são formas que podem ser colocadas, mas eu acho que são todas possíveis.

Como última questão, sobre a pergunta do quintis, minha opinião é que nós podemos usá-lo. Eu usei a média para redistribuição, mas poderia ter sido usada a mediana. Mas eu acho que a questão dos Municípios, se for a questão da pobreza, acho que grande parte está resolvida, pois o próprio FUNDEB dá uma solução para isso.

Acho que era isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ságuas Moraes) - Obrigado, Prof. Reynaldo Fernandes.

Passo a palavra à Andréa Barbosa Gouveia, por 3 minutos.

A SRA. ANDRÉA BARBOSA GOUVEIA - Acho que são várias questões interessantes.

Primeiro, eu queria dizer que, no debate do Sistema Nacional de Educação, de fato, parece-me estruturante a questão do financiamento. Eu acho que um dos desafios é definir como esse regime de colaboração se materializa do ponto de vista do que é significativo a partilha de recursos. Então, quiçá, consigamos fazer essas duas coisas se encontrarem no horizonte.

Com relação à questão do uso de quintis, eu acho que seria bastante interessante conseguirmos fazer com que o que hoje está desenhado como efeito redistributivo, que acho que é o grande salto que o FUNDEF fez num determinado



patamar, e o FUNDEB faz num patamar maior, ajude-nos a caminhar do ponto de vista das nossas diferenças entre os Estados. E isso, para dar conta de uma aproximação maior entre os Estados, implica mais participação da União. Eu acho que a questão do tamanho da participação da União tem sido decisiva para o ritmo com que diminuimos a dispersão entre os Estados. Esse é um elemento talvez até mais fácil de resolver. Podemos pensar em 15% ou 20% de participação da União à frente.

Mas as desigualdades intraestaduais são uma questão que, tanto no desenho do FUNDEF quanto no FUNDEB, não tem sido objeto de diálogo. É como se os Municípios dentro do Estado fossem iguais. E, talvez, para incorporar como algum elemento do fator de ponderação uma redistribuição que levasse em conta os Municípios que têm estão em quintis menores de atendimento da criança na educação infantil. Mas também há desigualdade de acesso ao ensino médio, se pensarmos nisso a partir das cidades.

Eu teria um pouco de dificuldade com a ideia de o Município assumir o ensino médio, ainda que, em tese, os maiores e mais fortes pudessem fazer. E digo isso porque todos os estudos de municipalização nos mostram que quem municipalizou mais as matrículas de ensino fundamental, mais e mais rápido, foram os mais frágeis, exatamente para buscarem uma fonte de recurso.

Portanto, não sei se a nossa própria experiência histórica não nos faria segurar um pouco o percurso, para dar conta de que, nesse desenho, ainda que não tenhamos exatamente um desenho de divisão de responsabilidades, cada um se mantenha no seu quadrado. Nós temos áreas de flutuação, mas hoje elas fazem com que a questão da divisão de matrículas tenha certo desenho que nos propicia alguns debates específicos.

E eu queria insistir na questão da valorização dos professores, porque há um elemento de diferenciação do salário entre as etapas que tem a ver com a formação. Como os Municípios têm atendido predominantemente a educação infantil, e isso tem sido sua tarefa, tem-se recorrentemente um perfil de professores com formação de ensino médio na educação infantil. Isso rebaixa os salários.

Então, a questão da média salarial ser menor nem sempre é decorrente da baixa capacidade de arrecadação, mas tem a ver com economia de recursos,



porque se mantém professor com menos formação e, portanto, com salário mais baixo. Eu acho que esta é outra questão em que precisamos avançar: saber qual é o perfil do professor desejado para o conjunto do sistema de ensino.

E devemos olhar como isso tem se colocado. Então, se eu olho a formação de professores no conjunto das capitais brasileiras, mesmo para a educação infantil, já tenho professores para essa etapa com ensino superior. E aí vai-se ampliar as desigualdades, porque um Município mais frágil, para resolver o seu problema financeiro, incorpora professores com menor formação — o que, em geral, ocorre com Municípios com menor cobertura.

Então, sobre este efeito redistributivo interno que garanta algum avanço do ponto de vista das condições de qualidade, eu acho que poderia de maneira mais sofisticada dar outro passo para a nossa forma, que eu entendo que é vitoriosa, de redistribuição de recursos pela política de fundos, mas ela pode fazer avançar esse processo.

E, para terminar, como o Deputado Ságuas fez menção ao tema, eu vou dizer da nossa absoluta tristeza sobre o que significou o desmonte do Fórum Nacional de Educação e o nosso estranhamento absoluto do que significou exclusão da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED desse espaço. Trata-se de uma associação que reúne 180 programas de pós-graduação e 3 mil pesquisadores e está sempre disposta a dialogar com o conjunto das forças políticas que são, no nosso ponto de vista, fundamentais para construirmos políticas públicas. E, de fato, esperamos que essa situação do Fórum Nacional de Educação não se mantenha nessa direção de interdição do diálogo.

Agradeço a possibilidade de expressar isso publicamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ságuas Moraes) - Ao encerrar esta audiência pública, quero agradecer a participação dos convidados, que muito nos horaram com suas presenças e contribuições.

Informo que, como não há quórum regimental, a Comissão não poderá deliberar os requerimentos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes, porém, convocando reunião ordinária para o dia 18 de maio, às 9h30min, conforme pauta a ser divulgada.

Agradeço a presença de todos e declaro encerrada a reunião.